ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AS RESPONSAVILIDADES JURÍDICAS

Autor(res)

Telma Moreira Guerra Da Cunha

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) tem revolucionado diversos setores, incluindo o jurídico, oferecendo uma gama de benefícios, mas também levantando questões complexas sobre responsabilidade jurídica. No Brasil, o debate em torno da responsabilidade legal associada ao uso da IA é crucial, uma vez que a legislação atual ainda não está completamente preparada para lidar com as nuances dessa tecnologia emergente. Este trabalho busca explorar os aspectos legais envolvidos na utilização da IA, analisando a responsabilidade civil e as implicações éticas que surgem com sua implementação. Inteligência artificial refere-se a sistemas que simulam a inteligência humana para realizar tarefas como reconhecimento de padrões, tomada de decisão e aprendizado.. No âmbito jurídico, a IA pode ser utilizada para análise de documentos, pesquisa de jurisprudência, automação de processos e até mesmo na elaboração de peças processuais.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar a responsabilidade jurídica relacionada à utilização de I.A no Brasil, identificando as lacunas existentes na legislação. A pesquisa visa contribuir para o entendimento das implicações legais da IA e promover um debate sobre a necessidade de uma legislação específica que aborde os desafios e riscos associados a essa ferramenta.

Material e Métodos

Para desenvolver este trabalho, foram utilizados métodos de pesquisa qualitativa, incluindo revisão bibliográfica sobre a legislação brasileira pertinente (Código Civil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados), artigos acadêmicos e relatórios de organizações que atuam na regulamentação da tecnologia. A análise foi baseada em casos práticos e discussões contemporâneas sobre a responsabilidade em situações onde a IA falha ou causa danos.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a responsabilidade jurídica em casos de danos causados pela IA é um tema complexo. A falta de legislação específica no Brasil gera insegurança jurídica. O Código Civil estabelece que o causador do dano deve repará-lo, mas como atribuir essa responsabilidade quando a IA atua de forma autônoma? Exemplos emergentes de jurisprudência mostram a dificuldade em determinar a quem recai a culpa. Além disso, as

propostas de criação de legislações específicas, como o Projeto de Lei nº 21/2020, são discutidas como possibilidades para regulamentar o uso da IA e suas implicações legais. Um ponto crucial é a questão da ética e da privacidade. O uso da IA levanta preocupações sobre a coleta e o tratamento de dados pessoais, destacando a necessidade de diretrizes que garantam a transparência e a responsabilidade no uso dessa tecnologia. O debate sobre a governança da IA e as diretrizes éticas é vital para assegurar que a IA seja usada de forma responsável.

Conclusão

A responsabilidade jurídica da IA no Brasil requer diálogo contínuo entre juristas, especialistas em tecnologia e a sociedade civil. É essencial criar um marco regulatório claro e eficaz que assegure o uso ético da IA, protegendo os direitos dos cidadãos e promovendo a justiça. A legislação deve equilibrar benefícios e riscos da tecnologia, garantindo um desenvolvimento sustentável que esteja em harmonia com os valores da sociedade. Essa abordagem é vital para o futuro da IA no país.

Referências

Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002.
Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014.
Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018.
Projeto de Lei nº 21/2020.